

GESTÃO DO CONHECIMENTO E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: POSSÍVEIS RELAÇÕES E PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA

KNOWLEDGE MANAGEMENT AND INFORMATION LITERACY: POSSIBLE RELATIONSHIPS AND PERSPECTIVES OF THE PROFESSIONAL OF THE ARCHIVIST

Renata Lira Furtado^a
Regina Celia Baptista Belluzzo^b

RESUMO

Introdução: Reflexões sobre o lugar que o arquivista ocupa na atualidade, suas perspectivas de atuação, o desenvolvimento de competências e habilidades inerentes ao fazer arquivístico relacionado à era pós-custodial, bem como o estabelecimento de novas e possíveis relações. **Objetivo:** Estabelecer uma relação entre o papel do arquivista na sociedade contemporânea, envolvendo sua atuação no contexto da Gestão do Conhecimento e no desenvolvimento da Competência em Informação.

Metodologia: Pesquisa Bibliográfica em documentos impressos e eletrônicos, com autores da Arquivologia, Administração e Ciência da Informação, com o intuito de construir um referencial teórico que sustente a interlocução dos temas propostos.

Resultados: A partir do referencial teórico construído foi possível estabelecer a possibilidade de atuação do arquivista na Gestão do Conhecimento, considerando os preceitos teóricos da pós-custodial e a relevância do desenvolvimento da Competência em Informação para atuação profissional nesse cenário, diante da identificação das necessidades de conversão do conhecimento tácito em explícito e na atuação em ações de promoção da Competência em Informação para os sujeitos da organização.

Conclusões: Pensar na atuação do arquivista na Gestão do Conhecimento e na Competência em Informação, fora do contexto teórico, num universo prático remete para outra situação: questionar se os profissionais arquivistas atuantes estão preparados para essa realidade pós-custodial, ou ainda enfrentam uma realidade de arquivos como depósitos de documentos, da arquivística empírica, pautada no senso comum, de desvalorização do profissional e se os cursos de graduação em Arquivologia propiciam esse tipo de reflexão, de experiência.

^a Doutoranda no Programa de Pós graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Docente no curso de graduação em Arquivologia na Universidade Federal do Pará. E-mail: renatalira@ufpa.br

^b Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (UNESP). E-mail: rbelluzzo@gmail.com

Descritores: Arquivista. Gestão do Conhecimento. Competência em Informação.

1 INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, o papel do arquivista está relacionado à memória e à manutenção do patrimônio documental. Numa perspectiva gerencial o profissional atua na Gestão Documental, definida como o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (BRASIL, 1991).

Contudo, alguns teóricos definem a Gestão Documental como um processo que permite analisar e controlar sistematicamente a informação registrada, produto das atividades e operações das organizações, possibilitando a recuperação de forma ágil e eficaz, subsidiando as ações das organizações com decisões esclarecidas, rápidas e seguras, que permitam reduzir o fator de incertezas (PONJUÁN DANTE, 2004; MORENO, 2008), o que aproxima o conceito das definições apresentadas para o termo Gestão da informação:

[...] é a gestão dos processos e sistemas que criam, adquirem, organizam, armazenam, distribuem e utilizam informações. O objetivo da gestão da informação é ajudar as pessoas e organizações no acesso, processo e uso da informação de forma eficiente e eficaz (DETLOR, 2010, p. 103).

Num cenário contemporâneo, diante das mudanças tecnológicas e organizacionais a Gestão da Informação por sua vez, aparece muito próxima da Gestão do Conhecimento. Barbosa (2008) considera a informação e o conhecimento, fenômenos indissociáveis e complementares à vida organizacional: “o conhecimento, uma vez registrado, transforma-se em informação e esta, uma vez internalizada, torna-se conhecimento”.

Nesse contexto, a Gestão do Conhecimento, produto dos fluxos informacionais informais das organizações, surge como um nicho de atuação para os arquivistas e para atuar nesse ambiente, arquivistas, assim como os demais profissionais, precisam desenvolver competências e habilidades específicas, dentre elas destaca-se a Competência em Informação (ColInfo),

configurada como um fator crítico na produção de significado, ao tratar o volume de dados e informações disponibilizadas.

Tal necessidade é bem apresentada por Barbosa (2008) ao parafrasear a expressão famosa de Michael Polanyi: “sabemos mais do que podemos dizer”. Para o autor tanto as pessoas, quanto as organizações sabem mais do que conseguem colocar em prática, assim, os processos que envolvem o descobrimento, a organização, a disseminação e a utilização desse conhecimento de maneira efetiva constitui o grande desafio da gestão da informação e do conhecimento.

O objetivo desta reflexão foi estabelecer uma relação entre o papel do arquivista na sociedade contemporânea, envolvendo sua atuação no contexto da Gestão do Conhecimento e no desenvolvimento da Competência em Informação, considerada como uma disciplina relevante para a sociedade diante dos avanços tecnológicos e da necessidade do indivíduo de desenvolver habilidades para lidar com a informação e usufruir dos recursos tecnológicos.

A justificativa para essa reflexão está na aproximação das temáticas, num ensaio para elaboração da tese de doutoramento cujo objetivo é mapear a presença da Competência em Informação no cenário arquivístico, considerando que na Arquivologia, ciência cujo objeto é a informação, pouco ou nada se aborda sobre a temática Competência em Informação.

As seções seguintes apresentam um referencial teórico em torno do tripé: Profissional Arquivista – Gestão do Conhecimento – Competência em Informação, que embasará as reflexões que norteiam este trabalho.

2 O PROFISSIONAL ARQUIVISTA

Refletir sobre o lugar que o arquivista ocupa na atualidade, desde o pensamento de Hilary Jenkinson (1922 *apud* SCHMIDT, 2014) onde esse profissional era apenas o guardião dos documentos, sem nenhum poder decisório no processo de criação e de avaliação documental, até os dias de hoje onde o arquivista é atuante nos processos gerenciais, temos um grande salto – quantitativo e qualitativo. Na atualidade, desempenha suas práticas

cotidianas relacionadas diretamente às funções arquivísticas de produção, aquisição, diagnóstico, identificação, classificação, avaliação, descrição, preservação e difusão, além de outras funções transversais relacionadas ao gerenciamento informacional e documental.

O Parecer nº 492/2001 do Conselho Nacional de Educação (CNE) /Câmara Superior de Educação (CSE) apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Arquivologia. De acordo com o documento, o profissional arquivista formado nas Instituições de Ensino Superior brasileiras, deve ter o domínio dos conteúdos da Arquivologia e estar preparado para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional. O documento apresenta ainda as competências e habilidades, subdivididas em dois grupos: Gerais e Específicas.

No grupo das competências e habilidades gerais, podemos elencar:

- Identificar as fronteiras que demarcam o respectivo campo de conhecimento;
- Gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los;
- Formular e executar políticas institucionais;
- Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;
- Desenvolver e utilizar novas tecnologias;
- Traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;
- Desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;
- Responder a demandas de informação produzidas pelas transformações que caracterizam o mundo contemporâneo.

No grupo das competências e habilidades específicas, destacam-se:

- Compreender o estatuto probatório dos documentos de arquivo;
- Identificar o contexto de produção de documentos no âmbito de instituições públicas e privadas;

- Planejar e elaborar instrumentos de gestão de documentos de arquivo que permitam sua organização, avaliação e utilização;
- Realizar operações de arranjo, descrição e difusão.

Ao analisar o documento é possível identificar que muitas habilidades e competências caracterizadas como 'GERAIS' poderiam estar especificadas em subcategorias, tais como: gerenciais, tecnológicas e pessoais. A habilidade 'Traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação' apresentada como 'GERAIS' pelo Parecer CNE/CES nº492/2001, poderia muito bem ser considerada uma habilidade específica se a relacionarmos com o Serviço de Referência em Arquivos. Nesse contexto, Eastwood (2016) ressalta que o papel principal do arquivista é proteger a integridade dos documentos e garantir que as pessoas utilizem esses documentos é a regra básica da missão do arquivista contemporâneo. Sem os usuários, os documentos e as informações neles contidas possuem apenas um potencial, uma energia represada que é liberada por meio da interação dinâmica do envolvimento humano.

Jacinto (2016) traçou em sua tese de doutoramento o perfil do arquivista para o século XXI alinhado ao mercado em transformação, diante da inserção das tecnologias digitais ao fazer arquivístico e das mudanças sociais e econômicas, mas, sobretudo relacionado ao desenvolvimento profissional e pessoal referenciado nas habilidades e competências necessárias para atuação nesse cenário. A autora apresenta um paralelo entre 'arquivistas do século XX' e 'arquivistas do terceiro milênio' que evidencia principalmente a autonomia do arquivista no seu aprendizado e formação contínua, bem como sua responsabilidade sob o desenvolvimento da carreira.

Nesse contexto do arquivista contemporâneo, imerso nas tecnologias, Smith (2013) apresenta o papel do arquivista digital, representado pela junção das funções do arquivista tradicional, com o conhecimento e a experiência em tecnologia e outras habilidades técnicas adicionais. A implementação, o planejamento estratégico e a construção de uma base de conhecimentos e habilidades para o gerenciamento de materiais digitais também devem compor

o rol de responsabilidades do profissional nesse novo cenário, assim como a preservação digital que provavelmente deverá ser incluída nas responsabilidades do arquivista digital.

Duff (2016) ao relatar a pesquisa realizada com arquivistas iniciantes e experientes por Denise Anthony em sua tese de doutorado, desenvolvida em 2006 na Universidade de Michigan, aponta habilidades necessárias ao arquivista contemporâneo, especificamente ao profissional de referência. Dentre elas, destaca-se: capacidade de comunicação e síntese; desejo de compreender e atender às necessidades dos usuários; ser imparcial, paciente e criativo; ter boa memória, possuir interesse por resolver problemas e gerenciar mudanças.

No Brasil, a profissão de Arquivista é regulamentada pela Lei 6.546, de 4 de julho de 1978 e a respectiva regulamentação pelo Decreto nº 82.590, de 6 de novembro de 1978, que definem que o diploma de curso superior em Arquivologia é obrigatório para o exercício profissional do arquivista.

A Lei define em seu Art. 2º as atribuições do Arquivista: planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo; planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo; planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias; planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos; planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos; orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos; orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos; orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação; promoção de medidas necessárias à conservação de documentos; elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos; assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa e desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes.

Diante do panorama de competências e habilidades relacionados no Parecer CNE/CES nº 492/2001 e das atribuições apresentadas na Lei 6.546/78, é possível considerá-lo como um rol mínimo de competências, habilidades e atribuições, considerando principalmente o período cronológico de elaboração dos referidos documentos, especialmente a referida Lei. Cabe ressaltar que o escopo de atuação do arquivista, diante dos recursos tecnológicos e do intenso fluxo informacional e documental existente nas organizações é muito amplo. São inúmeras as áreas e atividades que podem vir a compor o *métier* do arquivista contemporâneo, somando-se à gestão documental e da informação, consideradas tradicionalmente para a área, uma outra modalidade denominada como “Gestão do Conhecimento”.

3 GESTÃO DO CONHECIMENTO (GC)

Ao buscar na literatura uma definição para o termo Gestão do Conhecimento (GC) esbarra-se com uma gama de termos relacionados, entre eles podemos elencar: Gestão da Informação, Sociedade da informação e do conhecimento, Economia do conhecimento, Aprendizagem organizacional, Capital intelectual, Ativos intelectuais, Inteligência artificial, Competitividade, Inovação, Competências, dentre tantos outros. Assim como distintas áreas do conhecimento que se apropriaram do termo como: Administração, Economia, Tecnologia, Sistemas de informação e Ciência da informação.

No âmbito organizacional, a GC é definida como uma disciplina que trabalha sistematicamente a informação e o conhecimento, visando alavancar a capacidade de resposta da organização ao meio ambiente, com inovação e competência. É de vital importância para as organizações contemporâneas, considerando a perspectiva em que visualizam todos os seus processos sob a ótica do conhecimento, o que envolve a sua criação, difusão, renovação e aplicação para o sustento e a sobrevivência organizacional. Nesse contexto, a utilização das tecnologias torna-se imprescindível para que se possam delegar tarefas programáveis para as tecnologias com o intuito de que as pessoas

concentrem seu tempo e esforços em atividades que exigem criatividade¹ e inovação² (TREHAN, 2005).

No âmbito da Ciência da Informação, a GC agrega valor às pesquisas relacionadas com a Gestão da informação, fortalecendo sua presença tanto no âmbito acadêmico e científico, como nas vivências práticas organizacionais. Nesse cenário a GC é conceituada como:

[...] um conjunto de atividades que visa trabalhar a cultura organizacional/ informacional e a comunicação organizacional/ informacional em ambientes organizacionais, no intuito de propiciar um ambiente positivo em relação à criação/geração, aquisição/ apreensão, compartilhamento/ socialização e uso/ utilização de conhecimento, bem como mapear os fluxos informais (redes) existentes nesses espaços, com o objetivo de formalizá-los, na medida do possível, a fim de transformar o conhecimento gerado pelos indivíduos – **tácito**, em informação – **explícito**, de modo a subsidiar a geração de ideias, a solução de problemas e o processo decisório em âmbito organizacional. (VALENTIM, 2008, p. 4, grifo nosso).

De acordo com esse conceito, é interessante buscar em Choo (2003) as definições para esses dois tipos de conhecimento existentes nas organizações: o tácito e o explícito. O primeiro, que está contido na experiência de indivíduos e grupos, corresponde ao conhecimento pessoal, de difícil formalização ou comunicação, constituído do *know-how* subjetivo, dos *insights* e intuições que uma pessoa tem depois de estar imersa numa atividade por um longo período de tempo. Já o explícito, que aparece codificado nas normas, rotinas e procedimentos da organização, é o conhecimento formal, de fácil transmissão entre indivíduos e grupos e frequentemente codificado (CHOO, 2003).

Choo (2003) apresenta quatro maneiras de converter o conhecimento: por meio de um processo de socialização, que converte conhecimento tácito em conhecimento tácito; por meio da exteriorização, que converte conhecimento tácito em conhecimento explícito; por meio da combinação, que

¹ A criatividade está relacionada com processos de pensamento, imaginação, intuição e originalidade. Trata-se de características importantes para um profissional de sucesso.

² Implementação de algo novo ou significativamente melhorado, ocorrendo quando se procura colocar em prática ideias e métodos diferentes, que resultem em novos produtos e processos inovadores.

converte conhecimento explícito em conhecimento explícito; e por meio da internalização, que converte conhecimento explícito em conhecimento tácito.

Corroborando com as definições de Choo (2003), vale destacar a teoria apresentada por Gutierrez (2006) que além do tácito e explícito, apresenta mais dois pares de conhecimento – o individual e organizacional e o interno e externo:

a) tácito / explícito – tem uma definição próxima da proposta de Choo (2003), na qual o tácito corresponde ao conhecimento baseado na experiência pessoal, identifica-se com as habilidades do indivíduo e é de difícil comunicação e transmissão, não sendo acessível de forma direta a outros indivíduos; e o explícito que é codificado diretamente em um sistema de representação e facilmente transmissível ou comunicável.

b) individual / organizacional – como conhecimento individual entende-se todo conhecimento que possui um membro de uma organização, sejam eles tácitos, explícitos, as habilidades individuais, seus contatos, relações pessoais ou conhecimentos técnicos, enquanto que o organizacional ou corporativo, é aquele que se pode atribuir a uma organização, costuma estar representado materialmente em algum tipo de documento.

c) interno / externo – Conhecimento interno é aquele considerado crítico para o correto funcionamento de uma organização, sem o qual o funcionamento seria impossível. O externo é aquele utilizado por uma organização para relacionar-se com outras organizações. O conhecimento contido nos informes publicados ou aquilo que ele disponibiliza na Internet são exemplos desse tipo de conhecimento (GUTIÉRREZ, 2006).

Para Gutiérrez (2006) a GC pode ser entendida como uma disciplina que visa projetar e implementar um sistema, cujo principal objetivo é converter todo conhecimento tácito, explícito, individual, interno e externo existente na organização, sistematicamente, em conhecimento organizacional. Este, ao ser acessível e compartilhado, permitirá aumentar o conhecimento individual de

todos os seus membros, redundando diretamente em melhor contribuição desses indivíduos na consecução dos objetivos da própria organização.

Assim como ocorre com outras tantas temáticas, há uma corrente de pesquisadores que refuta a possibilidade de gerir conhecimento. Como exemplo podemos citar Wilson (2006), influente pesquisador da Ciência da Informação que defende a teoria de que

[...] não existe gestão do conhecimento, uma vez que o conhecimento reside nas pessoas. O que pode ser feito é tentar gerenciar a organização de modo a assegurar que o desenvolvimento da aprendizagem e das habilidades seja encorajado e que a cultura organizacional promova o compartilhamento da informação (WILSON, 2006 *apud* VALENTIM, 2008).

Ainda que comunguem de visões distintas acerca da GC, os conceitos aqui apresentados se assemelham em muitos aspectos: criação de ambientes que estimulem o compartilhamento de ideias (SVEIBY, 2001); conversão de conhecimento a fim de tornar acessível e compartilhável (GUTIERREZ, 2006); desenvolvimento de habilidades com foco na cultura organizacional para compartilhamento da informação (WILSON, 2006) e mapeamento e formalização dos fluxos informais para transformar o conhecimento tácito em explícito como subsídio das ações no âmbito organizacional (VALENTIM, 2008).

Diante do exposto, acredita-se ser importante destacar a Competência em Informação (CoInfo) como diferencial de acesso e uso da informação de forma inteligente para a construção de conhecimento na sociedade contemporânea, o que lhe confere uma estreita relação com a GC e com o profissional arquivista.

4 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO – CoInfo

O termo original *Information Literacy*, traduzido em português como Competência em Informação (HORTON JR., 2013, 2014, 2015), surgiu na literatura em 1974, no relatório elaborado pelo bibliotecário americano Paul Zurkowski e intitulado *The information service environment relationships and*

priorities, que descreveu uma série de produtos e serviços de informação, providos por instituições privadas e suas relações com as bibliotecas e preconizou que as pessoas treinadas na aplicação de recursos informacionais são consideradas competentes, pois aprenderam técnicas e habilidades para utilização de ferramentas informacionais e fontes primárias a fim de criar soluções para problemas (DUDZIAK, 2001).

Para Lins e Leite (2008) o conceito de ColInfo se concentra em alguns predicados individuais relacionados com a capacidade de utilizar a informação de forma efetiva e eficiente, a partir da identificação de necessidades de informação, e dos processos de busca, seleção, acesso, avaliação, aplicação e comunicação.

Para Horton Jr. (2008) o termo Competência em Informação está intimamente aliado ao aprender a aprender e ao pensamento crítico, uma vez que significa o conjunto de atitudes e conhecimentos necessários para saber quando a informação é necessária para ajudar a resolver um problema ou tomar uma decisão; como articular essa informação precisa, em termos e linguagem pesquisáveis, e em seguida procurar as informações de forma eficiente, além de recuperar, interpretar, entender, organizar e avaliar a sua credibilidade e autenticidade, avaliar a sua relevância e comunicá-la aos outros.

A relação existente entre Competência em Informação e o aprendizado ao longo da vida permite que o indivíduo possa alcançar melhores resultados na vida profissional, pessoal e acadêmica, constituindo direito humano básico em um mundo digital, necessário para promover o desenvolvimento, a prosperidade e a liberdade, tanto no âmbito individual como no coletivo, proporcionando condições plenas para inclusão social (DUDZIAK, 2008).

Os primeiros estudos sobre Competência em Informação no Brasil estiveram relacionados à educação de usuários, onde os pesquisadores analisaram as possibilidades de desenvolver habilidades pertinentes à informação em bibliotecas. Esses estudos culminaram com o processo de valorização da informação e aos avanços tecnológicos, momento em que o

desenvolvimento de habilidades que permitam o acesso físico e intelectual aos recursos informacionais tornou-se necessário.

Atualmente, os estudos sobre Competência em Informação estão em evidência, considerando que sua aplicação se adequa a muitas áreas do conhecimento. A ColInfo aparece refletida principalmente nas questões que envolvem a cidadania, a tecnologia, a educação e, mais recentemente, o universo organizacional, fatores que aproximam os indivíduos comuns à área de estudo restrita ao âmbito científico e acadêmico.

As temáticas cidadania e tecnologia, coincidentemente (ou não) aparecem aliadas em algumas pesquisas que as relacionam com a ColInfo. Como exemplo a dissertação de mestrado de Laipelt (2007) intitulada “Navegação na internet e competências informacionais: o exercício da cidadania em telecentros comunitários de Porto Alegre” que discute a importância das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na sociedade atual, destacando a questão da exclusão digital e as alternativas de inclusão, como os telecentros comunitários, identificados como espaços propícios para a realização de atividades relacionadas à educação continuada com grande potencial para o desenvolvimento de competências informacionais.

Outra pesquisa que também relaciona a cidadania e a tecnologia é a de Victorelli (2011) com o título “Percepção e perspectivas dos adolescentes sobre a TV digital”. A pesquisa apresenta um panorama a respeito da percepção e perspectivas do público adolescente, considerado como interagente em potencial para a TV digital estabelecendo sua relação com a Competência em Informação e contribuindo com parâmetros norteadores como subsídio às ações de gestão da comunicação na sociedade contemporânea. Os resultados apontam que estes adolescentes de diferentes classes sociais não têm informação adequada sobre a TV digital, assim como indicam a possibilidade de utilização dessa mídia na formação dos adolescentes, com a presença de programas educativos específicos para o público e também observam os aspectos sociais propostos pela TV digital como educação à distância, prestação de serviços voltados à cidadania e promoção social.

No âmbito educacional, a Competência em Informação tem sido investigada por diversos pesquisadores, que buscam responder questões relativas à efetividade da aplicação nas escolas e nos programas de educação básica e o papel das universidades. Como exemplo, a pesquisa de doutoramento de Coneglian (2013) que analisou a inserção do tema nas séries iniciais do ensino fundamental em uma rede municipal, por meio de documentos oficiais e concluiu que os princípios da Competência em Informação, apesar de tematizado e normatizado, não estão presentes no cotidiano escolar, e para que seja de fato vivenciado é necessário um esforço conjunto para adequação das políticas públicas educacionais.

No escopo das pesquisas que inserem a Colnfo no ambiente organizacional, Yafushi (2015) em sua dissertação de mestrado, parte do pressuposto que a Competência em informação é um recurso estratégico valioso para a organização na geração de novos conhecimentos para tomada de decisões. Tal pressuposto, alinhado ao objetivo da pesquisa – analisar a Competência em informação dos gestores de uma unidade industrial e sua aplicação no processo decisório –, apresentaram resultados que permitiram demonstrar que a Colnfo possui estreita relação com a construção de conhecimento e com as tomadas de decisões executadas pelos gestores e aplicadas em seus processos decisórios.

O trabalho apresentado por Yafushi (2015) pode ser configurado nesse contexto, como um delineamento prático diante de conceitos atualmente discutidos que inserem a Colnfo no âmbito organizacional. Belluzzo e Feres (2013), definem a Competência em informação como um conjunto de requisitos necessários para trabalhar com a informação, independente das atividades ou do tipo de profissional, sendo indispensável a todos os perfis profissionais, das mais variadas atividades e/ou organizações, assumindo papel estratégico (*apud* BELLUZZO, 2014).

Corroborando com essa definição, Basseto e Belluzzo (2013), ressaltam a necessidade de desenvolver habilidades de acesso e uso da informação para construção do conhecimento corporativo nas organizações, de forma

consistente e estruturada, necessária e compatível com as estruturas das redes organizacionais, apoiando sua análise e estudo.

Vale lembrar que a *Association of College and Research Libraries* – ACRL (2016) contribui com uma ampliação do conceito de ColInfo para ser aplicado ao ensino superior como sendo:

[...] o conjunto de capacidades integradas que envolve a descoberta reflexiva da informação, a compreensão e valorização de como se produz a informação, o uso da informação para a criação de novos conhecimentos e a participação ética nas comunidades de aprendizagem. (tradução nossa).

Considera-se que neste novo conceito há ênfase para a informação como algo que se negocia socialmente, que é complexo, que não é simplesmente algo que se acessa e utiliza, e sim algo criado pelas pessoas e para as pessoas.

Pode-se considerar, portanto, a Competência em Informação como uma condição que permite ao indivíduo usufruir das informações e dos recursos tecnológicos para se desenvolver de forma autônoma, atender suas próprias necessidades e as necessidades do seu meio social. Dessa forma, além de oferecer benefícios ao indivíduo, a ColInfo incorpora benefícios à organização, por meio da capacitação das equipes há uma maior conscientização com relação ao ambiente de trabalho e principalmente na criação e disseminação de conhecimento com ética e legalidade.

5 METODOLOGIA

Considerando o objetivo da presente proposta, optou-se pela Pesquisa Bibliográfica em documentos impressos e eletrônicos, abordando-se autores das áreas de Arquivologia, Administração e Ciência da Informação, com o intuito de construir um referencial teórico que sustente a interlocução dos temas propostos: o profissional Arquivista, a Gestão do Conhecimento e a Competência em Informação.

Essa modalidade de pesquisa foi selecionada porque coloca frente a frente os desejos do pesquisador e dos autores envolvidos em seu horizonte de

interesse, é um confronto de natureza teórica que não ocorre diretamente entre pesquisador e atores sociais que estão vivenciando uma realidade peculiar dentro de um contexto histórico-social. (CRUZ NETO, 1994 p. 53).

Além disso, vale lembrar também que, na concepção de Gil (2009) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida principalmente a partir de livros e artigos científicos. O autor aponta como principal vantagem o fato da pesquisa bibliográfica permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente, o que se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço, ou quando se trata de estudos históricos, quando não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários. Estas vantagens têm uma contrapartida que pode comprometer a qualidade da pesquisa, considerando a possibilidade das fontes secundárias apresentarem dados coletados ou processados de forma equivocada, ocasionando à reprodução ou mesmo a ampliação dos erros, que podem ser minimizados com uma análise aprofundada de cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas. Dessa forma, procedeu-se a essa análise cotejando-se, cuidadosamente, as informações identificadas com a pesquisa bibliográfica desenvolvida.

6 RESULTADOS: POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE A GESTÃO DO CONHECIMENTO, COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E O PAPEL DO ARQUIVISTA

O arquivista atua com a Gestão Documental, com a memória, com a preservação do patrimônio documental, com o gerenciamento da Informação arquivística, sejam quais forem seus suportes e idades, produzidos e recebidos pela organização no exercício de suas funções (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Ainda que as informações arquivísticas não sejam somente as textuais, pois existem possibilidades de considerar como documentos de arquivo os registros em suportes diversos, palpáveis e não palpáveis, físicos e digitais. O *fazer arquivístico*, no âmbito organizacional, mantêm-se condicionado a

procedimentos e regras estáticos embasados nos manuais propostos no século XVIII. Não é incomum encontrar a típica classificação metódica, a ordenação por assunto, por ordem alfabética, ou ainda a classificação por tipologia documental: memorandos enviados e memorandos recebidos, minuciosamente ordenados por data.

Lopes (1998) pontua a existência de uma arquivística prática, espontânea, de sobrevivência, pautada no senso comum, com elementos fragmentários das correntes teóricas³, sobretudo a que ele nomeia de Arquivística Tradicional e a corrente americana *Records management*. Essa tendência, que não se caracteriza como uma corrente (já que não apresenta uma teoria) é uma realidade dominante em países menos desenvolvidos, impossibilita o alcance de soluções sistemáticas e distancia de um processo de universalização da Arquivística (LOPES, 1998, p. 61).

Partindo dessa premissa, situar o arquivista no contexto da Gestão do conhecimento, remete aos preceitos apresentados pela Arquivologia Pós-Custodial, que dentre outros fundamentos prega pela desconstrução das verdades estabelecidas pela Arquivística tradicional, que segundo Cook, reflete um impacto imenso na própria prática profissional dos arquivistas, que não deveriam mais apenas seguir um “*script*” que vem sendo naturalizado pela rotina de repetição de práticas passadas, mas sim questionar suas ações percebendo que os arquivos e seus documentos refletem relações de poder – não sendo depósitos passivos, mas sim locais ativos onde poderes sociais são negociados, contestados e confirmados (COOK, 1997 *apud* ARAUJO, 2013).

Ainda relacionado à prática profissional do arquivista, Cook defende que o profissional contemporâneo, pós-moderno, deve afastar-se da identificação de guardião passivo de uma herança herdada para celebrar o seu papel de agente ativo na construção da memória coletiva e reforça que a postura desse profissional não deve ser a de operar ferramentas teóricas e práticas, a partir

³ Arquivística Tradicional – preocupada com arquivos permanentes, fundamentada na França, Itália e Espanha; a Records Management – com foco nos arquivos correntes e intermediários e de origem americana; e a Arquivística Integrada – cujo objetivo está pautado no ciclo de vida completo dos documentos e tem origem no Canadá, especificamente em Quebec (LOPES, 1998 p.60).

do documento quando da chegada ao arquivo, e sim analisar o contexto por trás do texto, pois entende que as relações de poder moldam o patrimônio documental (SCHIMIDT, 2014).

Nessa atuação, o arquivista aproxima consideravelmente a Gestão da Informação da Gestão do Conhecimento, assumindo o papel de mediador nos processos de construção e/ou conversão de conhecimento, com o objetivo de transformar conhecimento tácito em explícito, passível de ser representado tanto em ações como em documentos.

Conforme Choo (2003), enquanto o conhecimento tácito permanece guardado como *know-how* pessoal, tem pouco valor. Assim, as organizações precisam aprender a converter o conhecimento tácito, pessoal, em conhecimento explícito, capaz de promover a inovação e o desenvolvimento de novos produtos. Assim temos: conhecimento tácito, intangível, caracterizado como informação não registrada, mas com valor agregado para a organização. Esse conhecimento – tácito, intangível, não registrado, necessita tornar-se tangível, explícito e registrado. É o processo de materialização do conhecimento. Para teorizar esse processo recorreremos a Buckland (1991) que apresenta três significados distintos para o termo “informação”:

(1) Informação-como-processo: Quando alguém é informado, aquilo que conhece é modificado. Nesse sentido “informação” é “o ato de informar...; comunicação do conhecimento ou “novidade” de algum fato ou ocorrência; a ação de falar ou o fato de ter falado sobre alguma coisa”.

(2) Informação-como-conhecimento: “Informação” é também usado para denotar aquilo que é percebido na “informação-como-processo” – o “conhecimento comunicado referente a algum fato particular, assunto, ou evento; aquilo que é transmitido, inteligência, notícias”. A noção de que informação é aquela que reduz a incerteza poderia ser entendida como um caso especial de “informação-como-conhecimento”. Às vezes informação aumenta a incerteza.

(3) Informação-como-coisa: O termo “informação” é também atribuído para objetos, assim como dados para documentos, que são considerados como “informação”, porque são relacionados como sendo informativos, tendo a qualidade de conhecimento comunicado ou comunicação, informação, algo informativo. (BUCKLAND, 1991, p. 351).

O autor apresenta que uma característica chave da “informação-como-conhecimento” é que é intangível: não se pode tocá-la ou medi-la e, para que haja efetiva comunicação, tem que ser expressa, descrita ou representada de alguma maneira física, como um sinal, texto ou comunicação, caracterizando a “informação-como-coisa”. E é essa a chave para atuação do arquivista no processo de Gestão do Conhecimento, participar do processo de materialização do conhecimento tácito, intangível e não registrado. Transformar esses ativos informacionais em registros tangíveis que possam ser mensurados, comunicados e estocados.

Serra Junior (2006) recomenda que os arquivistas identifiquem parceiros dentro da organização que possam compreender a complexidade das ações a serem desenvolvidas a fim de criar um ambiente propício à geração do conhecimento, propiciando um intercâmbio de conceitos, que resultem na consolidação de grupos interdisciplinares para a busca de soluções para problemas, tais como: gestão de conteúdos organizacionais, preservação digital, comunidades de práticas baseadas em tecnologia, ferramentas de análise de redes sociais, entre outros.

Uma possibilidade semelhante, também proposta por Serra Junior (2006) são as narrativas ou *storyteller*, correspondente na Gestão do Conhecimento à história oral, uma adaptação para o ambiente interno das organizações, referente às coletas de depoimentos orais, que visam no campo da arquivística, a complementação de acervos. Essa prática, colocada como uma ação no processo de gestão do conhecimento implica na necessidade do estabelecimento de uma estratégia de disseminação da informação mais agressiva, já que há um pressuposto que o conhecimento externalizado deverá contribuir para a criação de mais conhecimento. A utilização de um banco de narrativas para o registro de melhores práticas torna-se uma ferramenta de grande valor para a análise das ações já realizadas e estimular a tomada de decisão baseada em conhecimento.

Para atingir o objetivo de transformar conhecimento tácito em explícito, por meio da exteriorização, indicada por Choo (2003), como possibilidade de

conversão desse conhecimento, é necessário que o arquivista desenvolva novas competências⁴, dentre elas a Competência em informação. O arquivista, enquanto profissional da informação precisa estar atento aos processos de produção e aos fluxos informacionais para, por meio da identificação, localização, manipulação e utilização da informação, contribuir para tomada de decisão e solução de problemas.

Outro fator relevante recai sobre a manutenção e ampliação do espaço profissional do arquivista dentro das organizações, com reflexões e ações que visem seu desenvolvimento pessoal e profissional. Dentre elas é possível elencar a atualização profissional contínua, que pode ocorrer formal ou informalmente, e está diretamente relacionada ao aprendizado ao longo da vida e a atuação nos processos organizacionais, evidenciando as questões que envolvem o fluxo das informações aliado com as técnicas inerentes ao *fazer arquivístico*. O arquivista deve assumir uma posição de destaque no contexto organizacional o que permitirá um estreitamento do relacionamento com outros profissionais interessados em Gestão do Conhecimento.

Devido à sua visão sistêmica e a compreensão dos processos organizacionais, o arquivista pode contribuir com diversas comunidades de prática como um elo entre as necessidades de conhecimento e as fontes de informação disponíveis, bem como, utilizando técnicas de engenharia de redes sociais, permitirem a identificação dos provedores de conhecimento que poderão contribuir para suprir as demandas de conhecimento apresentadas pelas comunidades (SERRA JUNIOR, 2006).

Além de desenvolver suas próprias habilidades, o arquivista deve ser o mentor de ações que busquem o desenvolvimento da ColInfo nos sujeitos que compõem a organização, considerando que pessoas competentes em informação são aquelas que aprendem a aprender, que reconhecem quando uma informação é necessária e têm a habilidade para localizar, avaliar e usar, efetivamente a informação. Assim, o arquivista deve atuar também como

⁴ Um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos e habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo (FLEURY; FLEURY, 2001).

elemento central em programas de Competência em Informação, aliado com ações direcionadas à aprendizagem organizacional e à inteligência arquivística que refletirão diretamente na Gestão do Conhecimento organizacional, bem como em aspectos relacionados à cultura e ao comportamento da organização. Serra Júnior (2006, p. 13) destaca que “o conhecimento arquivístico, associado com os demais saberes das ciências da informação, é fundamental para o sucesso de projetos de gestão do conhecimento”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre o papel do arquivista na sociedade contemporânea, envolvendo sua atuação no contexto da Gestão do Conhecimento e no desenvolvimento da Competência em Informação, evidencia outros *insights* nesse cenário.

Na relação profissional arquivista e Colnfo, por exemplo, cabe se desenvolver para atuar na Gestão do Conhecimento (além de outras instâncias) identificando elementos estratégicos para atuação, no mínimo, em duas esferas: 1) como profissional da informação mapeando necessidades de conversão de conhecimento tácito em conhecimento explícito – visando agregar valor às operações, promover sustentabilidade econômica, auxiliar em processos de inovação, participar de ações voltadas para a memória corporativa, dentre outras; 2) como promotor de programas, cursos e demais ações que busquem o desenvolvimento da Colnfo nos sujeitos que compõem a organização, considerando que ações direcionadas à aprendizagem organizacional e à inteligência arquivística impactam diretamente nos processos de Gestão do Conhecimento.

Pensar nessas ações, saindo do contexto teórico e partindo para a aplicação prática de Gestão do Conhecimento no cenário arquivístico remete para outra situação: Os profissionais arquivistas atuantes estão preparados para essa realidade pós-custodial, ou ainda enfrentam uma realidade de arquivos como depósitos de documentos, da arquivística empírica, pautada no

senso comum, de desvalorização do profissional? E os cursos de graduação em Arquivologia propiciam esse tipo de reflexão, de experiência?

Ao finalizar as reflexões, permanece sempre o desejo de ir além, de refletir sobre questões relativas à interdisciplinaridade e de possíveis interfaces para ensino, pesquisa, extensão e atuação profissional. Eis o desafio.

REFERÊNCIAS

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Framework for Information Literacy for Higher Education**. 2016. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>>. Acesso em: 02 maio 2016.

ARAÚJO, C. A. Á. Epistemologia da Arquivologia: fundamentos e tendências contemporâneas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 42, n. 1, jan. 2013. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/2261>>. Acesso em: 29 out. 2015.

BARBOSA, R. R. Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. **Informação & Informação**, v. 13, n. 1 especial, p. 1-25, 2008.

BASSETTO, C. L.; BELLUZZO, R. C. B. A competência em informação como diferencial competitivo para os profissionais de informação no contexto da sociedade informacional. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBBD), 25, 2013. Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1483/1484>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

BELLUZZO, R. C. B. O conhecimento, as redes e a competência em informação (Colnfo) na sociedade contemporânea: uma proposta de articulação conceitual. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 4, p. 48-63, 2014.

BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G. (Org.). **Competência em informação: de reflexões as lições aprendidas**. São Paulo: FEBAB, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 82.590**, de 6 de novembro de 1978. Regulamenta a Lei n. 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e técnico de Arquivo. Diário Oficial da União, seção 1, 7 nov. 1978, p. 17834.

BRASIL. **Lei n ° 8.159**, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 08 fev. 2016.

BRASIL. **Lei n ° 6.546**, de 04 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências Diário Oficial da União, seção 1, 5 jul. 1978, p. 10296.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer n ° 492**, de 03 de abril de 2001. Trata dos processos das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia remetidas pela SESu/MEC para apreciação da CES/CNE. Diário Oficial da União, 09 jul. 2001, seção 1, p. 50.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, 1991.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac São Paulo, 2003. 425p.

CONEGLIAN, A. L. O. **Inserção da competência em informação em documentos prescritivos e normativos e a prática de professores do ensino fundamental da rede municipal da educação – ciclo I, na cidade de Marília-SP**. 2013. 166 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho– Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2013. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/PosGraduacao/CienciadaInformacao/Disseracoes/Coneglian_Andre_Luis_Onorio.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2015.

COUTURE, C.; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

CRUZ NETO, Otávio. *et al.* O trabalho de campo como descoberta e criação. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, v. 4, p. 51-66, 1994.

DETLOR, B. Information management. **International Journal of Information Management**, v. 30, p. 103-108, abr. 2010.

DUDZIAK, E. A. **A Information Literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/>>. Acesso em: 21 out. 2015.

DUDZIAK, E. A. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 41-53, maio/ago. 2008.

Disponível em:

<<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1704/2109>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

DUFF, W. M. Mediação arquivística. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 171-202.

EASTWOOD, T. Um domínio contestado: a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 19-45.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. **Revista de administração contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 5, n. especial, p. 183-196, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GUTIÉRREZ, M. Pérez-Montoro. O conhecimento e sua gestão em organizações. In: TARAPANOFF, K. (Org.). **Inteligência, informação e conhecimento**. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006. p.117-138.

HORTON JR., F. W. **Understanding information literacy: a primer**. Paris: UNESCO, 2008.

_____. **Overview of information literacy: resources worldwide**. Paris: UNESCO, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002196/219667e.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2016.

_____. **Overview of information literacy: resources worldwide**. 2.ed. Paris: UNESCO, 2014/2015. Disponível em: <<http://infolit.org/unescos-overview-of-information-literacy-resources-worldwide-2nd-ed-2014-2015/>>. Acesso em: 02 maio 2016.

JACINTHO, E. M. dos S. B. **El mercado de trabajo para archiveros según los anuncios brasileños de empleo (2012-2014)**: análisis y organización terminológicos de ofertas empresariales. 2016. 577 f. Tesis (Doctorado en Documentación) - Universidad Carlos III de Madrid, Departamento de Biblioteconomía y Documentación, Getafe, 2016.

LAIPÉLT, R. do C. F. **Navegação na internet e competências**

informacionais: o exercício da cidadania em telecentros comunitários de Porto Alegre. 2007. 109 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2007. Disponível em:
<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12407>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

LINS, G. S.; LEITE, F. C. L. Comportamento informacional como aporte teórico para consolidação conceitual de competência informacional no contexto da comunicação científica. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 15, 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: CRUESP, 2008.

Disponível em:

<<http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/2886.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

LOPES, L. C. **A imagem e a sombra da arquivística.** Rio de Janeiro, 1998.

MORENO, N. A. Gestão documental ou gestão de documentos: trajetória histórica. In: _____. **Gestão em arquivologia:** abordagens múltiplas. Londrina: EDUEL, 2008. p. 71-88,

PONJUÁN DANTE, G. **Gestión de la información:** dimensiones e implementación para el éxito organizacional. Rosario: Nuevo Paradigma, 2004. 214 p.

SERRA JÚNIOR, L. R. **O papel do arquivista na gestão do conhecimento.**

Disponível em:

<<https://tudosobrearquivologia.files.wordpress.com/2009/12/modulo-1-o-papel-do-arquivista-na-gestao-do-conhecimento.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

SCHMIDT, C. M. dos S. O "Clássico" e o "Pós-moderno": algumas reflexões acerca da Arquivologia a partir do pensamento de Hilary Jenkinson e Terry Cook. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 42-59, jan./jun. 2014. Disponível em:

<<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/66>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

SMITH, K. R. Defining the role of digital archivist. 2013. Disponível em:

<https://libraries.mit.edu/archives/digital-archives/blog/presentation_DefiningDARole.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2016.

SVEIBY, Karl-Erik. A knowledge-based theory of the firm to guide in strategy formulation. **Journal of intellectual capital**, v. 2, n. 4, p. 344-358, 2001.

Disponível em:

<<https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/14691930110409651>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

TREHAN, R. Knowledge management, a business perspective. **Hospitality Net**, 2005. Disponível em <www.hospitalitynet.org/news/4024789.print>. Acesso em: 02 dez. 2015.

VALENTIM, M. L. P. Gestão da informação e gestão do conhecimento em ambientes organizacionais: conceitos e compreensões. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 2008.

VICTORELLI, D. S. da S. **Percepção e perspectivas dos adolescentes sobre a TV digital**. 2011. 276 f. Dissertação (Mestrado em Televisão Digital: Informação e Conhecimento) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/89534>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

WILSON, T. D. A problemática da gestão do conhecimento. In: TARAPANOFF, K. **Inteligência, informação e conhecimento em corporações**. Brasília: IBICT, UNESCO, 2006.

YAFUSHI, C. A. P. **A Competência em informação para a construção de conhecimento no processo decisório: estudo de caso na Duratex de Agudos (SP)**. 2015. 232 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/126599>>. Acesso em: 07 dez. 2015.

KNOWLEDGE MANAGEMENT AND INFORMATION LITERACY: POSSIBLE RELATIONSHIPS AND PERSPECTIVES OF THE PROFESSIONAL OF THE ARCHIVIST

ABSTRACT

Introduction: Reflections on the current position of the archivist of the archivist, their perspectives of action, the development of skills and abilities inherent to the archival work related to the post-custodial era, as well as the establishment of new and possible relationships. **Objective:** To establish a relationship between the role of the archivist in contemporary society, involving its performance in the context of Knowledge Management and in the development of Information Literacy. **Methodology:** Bibliographic research in printed and electronic documents, with authors of the Archival Science, Administration and Information Science, in order to build a theoretical framework that supports the interlocution of the proposed themes. **Results:** Based on the theoretical framework, it was possible to establish the possibility of an action by the archivist in the Knowledge Management, considering the theoretical precepts of post-custodial and the relevance of developing the Information Literacy for professional action in this scenario, in view of the identification of the needs of conversion of tacit knowledge into explicit and acting in actions of promotion of Information Literacy to the subjects of the organization. **Conclusions:** Thinking about the role of the archivist in Knowledge Management and Information Literacy, outside the theoretical context, in a

practical universe refers to another situation: questioning whether archivist professionals are prepared for this post-custodial reality or face a reality of archives as document repositories, of empirical archivists based on common sense, of professional devaluation, and whether undergraduate courses in archival science provide this kind of reflection and experience.

Descriptors: Archivist. Knowledge management. Information Literacy.

GESTIÓN DEL CONOCIMIENTO Y ALFABETIZACIÓN INFORMACIONAL: POSIBLES RELACIONES Y PERSPECTIVAS DE ACTUACIÓN DEL PROFESIONAL ARCHIVISTA

RESUMEN

Introducción: Reflexiones sobre el lugar que el archivista ocupa en la actualidad, sus perspectivas de actuación, el desarrollo de competencias y habilidades inherentes al hacer archivístico relacionado a la era post-custodial, así como el establecimiento de nuevas y posibles relaciones. **Objetivo:** Establecer una relación entre el papel del archivista en la sociedad contemporánea, involucrando su actuación en el contexto de la Gestión del Conocimiento y en el desarrollo de la Alfabetización Informacional. **Metodología:** Investigación Bibliográfica en documentos impresos y electrónicos, con autores de la Archivología, Administración y Ciencia de la Información, con el propósito de construir un referencial teórico que sustenta la interlocución de los temas propuestos. **Resultados:** A partir del referencial teórico construido fue posible establecer la posibilidad de actuación del archivista en la Gestión del Conocimiento, considerando los preceptos teóricos de la post-custodial y la relevancia del desarrollo de la Alfabetización Informacional para actuación profesional en ese escenario, ante la identificación de las necesidades de la conversión del conocimiento tácito en explícito y en la actuación en acciones de promoción de Alfabetización Informacional para los sujetos de la organización. **Conclusiones:** Pensar en la actuación del archivista en la Gestión del Conocimiento y en la Alfabetización Informacional, fuera del contexto teórico, en un universo práctico remite a otra situación: cuestionar si los profesionales archivistas actuantes están preparados para esa realidad post-custodial, o aún enfrentan una realidad de archivos como depósitos de documentos, de la archivística empírica, pautada en el sentido común, de desvalorización del profesional y si los cursos de graduación en Archivología propician ese tipo de reflexión, de experiencia.

Descriptor: Archivista. Gestión del conocimiento. Alfabetización Informacional.

Recebido em: 17.04.2017

Aceito em: 22.05.2018